



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 27/2021, em que é recorrente **Anilson Vaz de Carvalho Silva** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 120/2023

(Autos de Amparo 27/2021, Anilson Vaz de Carvalho Silva v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na indicação das condutas impugnadas, na identificação dos direitos, liberdades e garantias alegadamente violados e na definição dos amparos que o recorrente pretende obter)

I. Relatório

1. O Senhor Anilson Vaz de Carvalho Silva interpôs recurso de amparo impugnando o *Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça 32/2021, de 28 de julho*, relacionando, para tanto, argumentos que se podem sumarizar da seguinte forma:

1.1. O tribunal recorrido não admitiu recurso interposto pelo recorrente e em função disso violou os direitos de sua titularidade “de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva”;

1.2. Porque, em síntese, nos autos de contencioso administrativo de anulação nº 06/2021, em que é recorrido o Conselho Superior de Magistratura Judicial, pediu a suspensão de executoriedade do ato, ao qual imputou vícios de violação de lei; de inconstitucionalidade e de violação de princípios jurídicos;

1.3. No entanto, o Supremo Tribunal de Justiça, remetendo para o *Acórdão 14/2021* da 3ª Secção desse mesmo Tribunal, resolveu como questão prévia a alegada violação da lei, impedindo o andamento do processo sem conhecer o pedido de suspensão da executoriedade do ato, assim como as questões de inconstitucionalidade e de violação de princípios jurídicos colocadas pelo recorrente.

1.4. Em seu entender, tal decisão “padece de vício de nulidade, por omissão de pronúncia, nos termos dos artigos 577.º/1-d), *ex vi* dos artigos 629.º e 644.º, todos do Código de Processo Civil, *ex vi* do artigo 55.º do DL n.º 14-A/83, de 22 de março”;

1.4.1. Isso se deveu a uma “interpretação errada” do artigo 25.º da Lei do Contencioso Administrativo, conjugado com o disposto no 434º, alínea c), *in fine*, do Código de Processo Civil;

1.4.2. Não é evidente a inexistência de violação de lei, de tal forma que a questão pudesse ser decidida como questão preliminar;

1.4.3. E, muito menos, “a não existência da invocada inconstitucionalidade a ponto de ter merecido vírgula nenhuma por parte da Secção do STJ”;

1.4.4. O sentido dado pelo STJ aos artigos 2.º, 8.º e 18º a 20º e 125 do Estatuto dos Magistrados Judiciais, que impede os Juízes de Direito de 2ª Classe de concorrer ao preenchimento de uma vaga de Juiz Desembargador no segundo concurso de promoção, à semelhança do que acontecera no primeiro, é inconstitucional porque viola os princípios da igualdade perante a lei, da reserva legal e do sistema de mérito no acesso a cargos públicos;

1.4.5. Por entender que a isenção outorgada pelo artigo 40, nº 1, alínea k) da Lei n.º 1/VII/2011, de 20 de junho não se aplica ao exercício de direitos de natureza estatutária, o Supremo Tribunal de Justiça condenou o recorrente em custas, não obstante, em situações similares ter reconhecido e aplicado a isenção;

1.4.6. Decisão que a seu ver põe em causa o princípio da igualdade perante a lei, plasmado no artigo 24.º da CRCV e torna o referido artigo inconstitucional.

1.4.7. Diz ainda ser mais surpreendente que o STJ tenha dado a sua anuência ao regulamento do referido concurso, eivado de ilegalidades e inconstitucionalidades, e o facto desse Tribunal ter concordado com a decisão de promover os cinco concorrentes, quando tinham sido postas a concurso apenas três vagas, promovendo ilegalmente os dois últimos concorrentes, violando o artigo 24º da Constituição da República, por tratamento desigual dos magistrados judiciais perante a lei.

1.5. Por isso, pede que:

1.5.1. Seja citado o Supremo Tribunal de Justiça [3ª Secção];

1.5.2. Admitido o recurso de amparo;

1.5.3. Julgado provido e, consequentemente, restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados;

1.5.4. Revogada a decisão de indeferimento liminar e substituída por outra que atenda aos pedidos formulados no requerimento de interposição do recurso.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Sr. Procurador-Geral Adjunto, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recurso seria tempestivo, conteria fundamentação de facto e de direito, mas não se encontraria junto aos autos o Doc. 1 para o qual remete o recorrente quando invoca a violação do princípio da igualdade por condenação em custas. Por isso deveria ser o recorrente convidado a juntar o referido documento aos autos, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo.

2.2. Além disso, o recorrente aparenta ter legitimidade e terá alegado que direitos fundamentais efetivamente suscetíveis de amparo foram violados;

2.3. Não constando que o TC tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

2.4. Afigura-se que estarão preenchidos os pressupostos para admissão do presente recurso de amparo constitucional, se for juntado aos autos o documento em falta, preenchendo o recurso de amparo constitucional interposto os pressupostos de admissibilidade.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 16 de março de 2023, a mesma não pôde ser realizada porque ao tomar conhecimento do objeto do recurso, o Venerando JC Aristides R. Lima pediu escusa por motivos que arrola na peça de f. 21. Dispensado de intervir no processo pelo JCP Pina Delgado, o julgamento de admissibilidade foi remarcado para o dia 12 de julho, compondo a conferência o Eminente JCS Evandro Rocha, depois de sorteio que se seguiu à sua eleição pela *Resolução N. 107/X/2023, de 27 de abril*, publicada no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 27 de abril de 2023, p. 1123, e tomada de posse no passado dia 14 de junho.

3.1. Nesta data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes que compuseram o painel e do Senhor Secretário do TC;

3.2. Dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017*,

de 20 de julho, *Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp.

75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples

petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e

para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo num único artigo os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos;

2.3.5. No entanto, se se pode constatar que, formalmente, aparenta ter apresentado um trecho conclusivo, este está longe de cumprir o estabelecido pela lei, haja em vista que, através do mesmo, não se resumiu por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os pedidos do recorrente. Outrossim, o que se identifica é um artigo único que se limita a asseverar que “[p]elo exposto, o [A]cordão n.º 32/2021, de 28 de julho, na medida em que absorve os fundamentos do Acórdão n. 14/2020, de 03 de maio, ambos da 3ªa Secção do STJ, juntos violam o direito do recorrente de acesso à justiça [e o direito?] à tutela jurisdicional efetiva, em contravenção dos artigos 22º/1/6 245º e), ambos da Constituição da República”;

2.3.6. Com efeito, tal técnica de formulação das conclusões frustra os objetivos legais que impõem a sua integração obrigatória numa petição de recurso de amparo. Sendo que tais finalidades não se reconduzem ao estabelecimento de critérios meramente formais, mas tem na sua base intenções mais substantivas: a de, por um lado, garantir que dentre todos os factos relatados pelo recorrente consegue-se identificar claramente as condutas praticadas pelos atos judiciais impugnados que ele pretende efetivamente impugnar, preservando a integridade da sua vontade; e, do outro, a de permitir ao Tribunal identificar claramente as suas pretensões antes de avaliar se o recurso é admissível e se as condutas que impugna são cognoscíveis;

2.3.7. Neste caso concreto, tal omissão de integrar conclusões nos moldes estabelecidos pela lei nem sequer pode ser suprida a partir de uma leitura do segmento de fundamentação porque este é composto por um emaranhado de relatos de facto e de considerações de direito sem que potenciais condutas, que nele se integram, tenham sido devidamente destacadas, não cabendo, por motivos naturais, a este Tribunal garimpar o texto apresentado para as identificar.

2.3.8. Acresce que a expressão “absorve os fundamentos”, apesar de delimitar as suas pretensões, também não contribui para uma maior inteligibilidade do que pretende desafiar por meio deste recurso, haja em vista que não se consegue estabelecer com certeza se as condutas objeto de impugnação se circunscrevem às que se constituem na *ratio decidendi* do acórdão a que refere.

2.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.4.1. Na presente situação, no referente aos parâmetros constitucionais alegadamente violados invocados pelo recorrente, o Tribunal depara-se com uma situação em que, de um parte, o recorrente, remete a princípios objetivos – o da igualdade perante a lei, o da reserva legal e o do sistema de mérito no acesso a cargos públicos –, sem que tenha fornecido a este Pretório elementos para identificar qual a posição jurídica subjetiva de sua titularidade que deles extrai e que seja amparável nos termos da Constituição e da lei; da outra, os direitos análogos a direitos, liberdades e garantias que invoca, nomeadamente o direito de acesso à justiça e o direito à tutela jurisdicional efetiva, acolhem no seu seio tantas dimensões de proteção jurídica e posições jusfundamentais

que, sem a devida concretização argumentativa, o Tribunal também não logra alcançar qual delas teria sido vulnerada por conduta atribuível ao órgão judicial recorrido;

2.4.2. Acresce que o recorrente opta por uma fórmula de identificação do amparo pretendido excessivamente genérica, ao simplesmente pedir que se restabeleçam os seus direitos, liberdades e garantias alegadamente violados e que se dê “efetividade ao disposto nos artigos 22º1/6 e 245 e), ambos da Constituição da República, pela revogação da decisão de indeferimento liminar e sua substituição por outra que atenda aos pedidos formulados no requerimento de interposição de recurso”. Nos termos do artigo 8º, parágrafo segundo, a “petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias violados”. Destarte, sendo a finalidade precípua do amparo restabelecer os direitos, liberdades e garantias de um requerente de amparo, é dever deste indicar qual o remédio que o Tribunal deverá ponderar para reparar a vulneração e efetivar a finalidade colimada pela Constituição e pela lei. Se é bem verdade que aparentemente pretende a declaração de nulidade do acórdão recorrido, em relação ao conteúdo da interpretação a adotar por esta Corte Constitucional a técnica de remeter para os pedidos formulados no requerimento de interposição de recurso não é satisfatória porque o Tribunal fica sem saber o que pretende efetivamente como remédio pela alegada violação dos direitos, liberdades e garantias de sua titularidade que invocou.

3. Por essas razões, urge aperfeiçoar a petição, desenvolvendo o segmento conclusivo nos termos da lei e da prática deste Tribunal, indicando claramente qual(is) conduta(s) quer-se efetivamente impugnar, o(s) direito(s), liberdade(s) e garantia(s) que cada uma dela(s) vulnera e os amparos que se almeja obter deste Tribunal para os restabelecer.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação do recorrente para corrigir a sua peça:

a) Desenvolvendo o segmento conclusivo e nele integrando de forma clara e inequívoca a(s) conduta(s) imputável(is) ao ato judicial recorrido que pretende que seja(m) escrutinada(s), as posições jurídicas de sua titularidade que cada uma delas viola e o(s) amparo(s) que julga adequado(s) a remediá-la(s); e

b) Cuidando de explicitar o modo como a alegada desconsideração dos princípios objetivos arrolados na peça afeta direitos, liberdades e garantias de que seria titular e como parâmetros genéricos e vagos tais quais o direito de acesso à justiça e ao direito à tutela jurisdicional efetiva foram violados pelos atos, factos ou omissões do órgão judicial recorrido.

Registe, notifique e publique.

Praia, 14 de julho de 2023

José Pina Delgado (Relator)

João Pinto Semedo

Evandro Tancredo Rocha

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 14 de julho de 2023

O Secretário,

João Borges